

10F - Saúde: trem desgovernado?

Arlete Sampaio

A saúde pública do Distrito Federal passa por uma profunda crise, diariamente estampada nos órgãos de imprensa e publicamente admitida por autoridades do governo. Pacientes desesperados buscam a assistência que lhes é negada, o medicamento que lhes falta, o respeito que a Constituição assegura e que a realidade lhes retira.

Ao assumir a Secretaria de Saúde, dia 25 de novembro de 2002, o secretário Arnaldo Bernardino comparou a saúde pública do DF a um "trem desgovernado". E disse mais: "A saúde só vai tirar a cabeça do buraco em dois anos". O secretário questionou a capacidade do poder público de fazer cumprir o preceito inscrito nos artigos nº 196, da Constituição Federal, e nº 204, da Lei Orgânica do DF, que dizem: "Saúde, direito do cidadão, dever do Estado".

Em entrevista concedida à revista mensal da Associação Médica de Brasília de janeiro deste ano, o secretário Bernardino afirma: "O problema do desabastecimento (de medicamentos) é muito grave a curto e médio prazos. Quando chegamos aqui, encontramos a rede desabastecida e isso perdurou por

um período muito longo... O que conseguimos fazer foi garantir o fornecimento dos medicamentos essenciais para não parar o sistema de saúde".

O Ministério da Saúde apresentou ao Ministério Público Federal a auditoria realizada de 25 a 29 de novembro do ano passado em unidades hospitalares do DF. Em nota oficial, do dia 2 de dezembro, o MS afirmou que a análise da operacionalização do Fundo de Saúde deixa claro que a gestão de recursos do SUS no Distrito Federal é "temerária e de alto risco", com danos tanto para os cofres públicos quanto para os usuários. Ressalte-se que o Ministério da Saúde criou um grupo-tarefa com técnicos de várias áreas para acelerar as investigações sobre irregularidades na rede pública de saúde do DF.

Conforme publicado pelo **Correio Braziliense** de 28 de janeiro, o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Jorge Solla, declarou: "O conjunto das apurações apontam várias irregularidades, como uso do dinheiro depositado pelo governo federal no Fundo de Saúde para outras finalidades".

Com relação à auditoria realizada pelo Ministério da Saúde, há as seguintes afirmações: 60% das compras foram feitas com dispensa de licitação; compras reali-

zadas por meio de vales e seleção do fornecedor feita após compra dos produtos; alguns medicamentos excepcionais adquiridos com preços até 374% acima do valor assumido pelo MS; serviços de saúde desabastecidos; falta de estoque na rede pública de anestésicos, antibióticos e reagentes para teste de HIV; pacientes não atendidos imediatamente; médicos que atuavam sem as condições de trabalho necessárias e, por fim, que não houve atraso nos repasses do Ministério da Saúde. O Tribunal de Contas do DF também constatou problemas, como a carência de leitos hospitalares e consultórios médicos e a cessão contumaz de médicos a outros órgãos públicos.

Durante o governo de Cristovam Buarque, ficou demonstrado ser possível regularizar o abastecimento da rede, bastando para tanto gerência, planejamento, seriedade e compromisso social. Posso afirmar que a maneira mais fácil de baixar preços é comprar diretamente da fábrica. O atual governo, para atender aos interesses de atravessadores, desmontou o sistema de compra direta e passou a adquirir medicamentos a preços aumentados em até 374%, como ficou demonstrado na auditoria do Ministério.

Se não bastassem todos esses

episódios, ao verificar a Lei Orçamentária para 2003, constatamos que a participação das despesas destinadas à Secretaria de Saúde é de 14,7%, enquanto que no governo do PT era, em média, de 18,9%. No governo Cristovam ocorreu um crescimento real de 10%, em 1997, nos gastos com a saúde, tendência que se manteve nos anos seguintes. O governo Roriz fez exatamente o contrário, veio diminuindo essa participação, enquanto crescem as demandas da população local e do entorno.

Por tudo isso, é inaceitável o prazo de dois anos proposto pelo secretário para regularizar o sistema e colocar o "trem nos trilhos". Interessa a todos os usuários tirar o sistema da crise o mais rápido possível, sem privatizar procedimentos e sem desmontar o SUS.

Como usuária, tenho todo interesse em ver resolvida essa crise e o direito à assistência de que preciso. Como médica, tenho o dever de lutar pela vida dos cidadãos e cidadãs; como deputada distrital, tenho direito de conhecer o que se passa com a saúde de Brasília, e o dever de buscar soluções.

ARLETE SAMPAIO É MÉDICA SANITARISTA, DEPUTADA DISTRITAL PELO PT-DF E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA